

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

**Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto**

**Student social and political participation in Porto (1969-1974). A look from the Faculty of Medicine of the University of Porto**

**Participation sociale et politique des étudiants à Porto (1969-1974). Un regard à partir de la Faculté de Médecine de l'Université de Porto**

**Participación social y política estudiantil en Porto (1969-1974). Una mirada desde la Facultad de Medicina de la Universidad de Oporto**

Maria João Antunes  
FPCEUP/Bolseira da FCT (SFRH/BD/130264/2017)  
mariantunes.joao@gmail.com

Maria Teresa Medina  
FPCEUP, CIIE  
tmedina@fpce.up.pt

João Caramelo  
FPCEUP, CIIE  
caramelo@fpce.up.pt

**Resumo:** O movimento estudantil foi um elemento central na resistência à mais longa ditadura da Europa no século XX, e teve expressão em todas as academias, incluindo a do Porto. O presente trabalho procura reconstruir a ação, ainda que parcialmente, dos estudantes da Faculdade de Medicina do Porto, no período entre 1969 e 1974. Para tal recorre-se à análise de documentos escritos, produzidos pelas estruturas estudantis de Medicina. Verifica-se uma grande intensidade na atividade do movimento estudantil no período em estudo, com o desenvolvimento de grandes lutas por questões pedagógicas, relacionadas com o ensino e articuladas com a luta mais geral contra a repressão e a ditadura.

**Palavras-chave:** Movimento estudantil; Universidade do Porto; Faculdade de Medicina; Ditadura

**Abstract:** The student movement was a central element in the resistance to Europe's longest dictatorship in the 20th century, and had expression in all academies, including at the University of Porto. The present work seeks to reconstruct the action, albeit partially, of students of the Faculty of Medicine of Porto, between 1969 and 1974. For this purpose, written documents produced by the student representative structures are analyzed. There is a great intensity in the activity of the student movement in the period under study, with the development of significant struggles about pedagogical issues and articulated with the more general struggle against repression and dictatorship.

**Keywords:** Student Movement; Porto university; Medical School; Dictatorship

**Résumé:** Le mouvement étudiant a joué un rôle central dans la résistance à la plus longue dictature d'Europe au XXe siècle et avait l'expression dans toutes les académies, y compris celle de Porto. Le présent travail cherche à reconstituer l'action, bien que partiellement, des étudiants de la Faculté de Médecine de Porto, entre 1969 et 1974. A cet effet, l'analyse des documents écrits produits par les structures d'étudiants en médecine est utilisée. Il y a une grande intensité dans l'activité du mouvement étudiant dans la période étudiée, avec le développement des luttes significatives autour des questions pédagogiques, liées à l'enseignement et articulées avec la lutte plus générale contre la répression et la dictature.

**Mots-clés:** Mouvement étudiant; Université de Porto; Faculté de Médecine; Dictature

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

**Resumen:** El movimiento estudiantil fue un elemento central en la resistencia a la dictadura más larga de Europa en el siglo XX, y tuvo expresión en todas las academias, incluida la de Porto. El presente trabajo busca reconstruir la acción, aunque parcial, de los estudiantes de la Facultad de Medicina de Oporto, entre 1969 y 1974. Para ello, se utiliza el análisis de documentos escritos producidos por las estructuras de estudiantes de medicina. Hay una gran intensidad en la actividad del movimiento estudiantil en el período de estudio, con el desarrollo de grandes luchas por cuestiones pedagógicas, relacionadas con la docencia y articuladas con la lucha más generalizada contra la represión y la dictadura.

**Palabras-clave:** Movimiento estudiantil; Universidad de Porto; Facultad de Medicina; Dictadura

## Introdução

Não é hoje possível pensar nas transformações educativas ao longo do século XX, em Portugal e no mundo, sem equacionar o papel dos estudantes. Os movimentos estudantis têm sido objeto de investigações diversas no âmbito de campos científicos específicos. Não obstante, no campo da História da Educação, parece ser reservado um papel secundário à participação estudantil. Apesar da História da Educação há muito ter abandonado os limites da história das instituições, do ideário pedagógico ou dos métodos de ensino (Nóvoa, 1996; Felgueiras, 2008), a verdade é que quando se trata de retratar a realidade histórica, da universidade ou da escola, verifica-se que a mesma tende a analisar o papel dos professores, dos órgãos de gestão, das políticas nacionais ou locais, a caracterizar edifícios e recursos, mas pouco o corpo estudantil e as suas práticas. A inauguração de uma “História Social da Educação”, centrada em processos que são coletivos e que compreendem diferentes temporalidades e atores (Felgueiras, 2008: 496), não contribuiu ainda de forma profícua para que os movimentos estudantis tenham lugar de destaque neste campo.

Não obstante, a análise dos movimentos estudantis é fundamental para a compreensão do educativo, da evolução das políticas, das práticas e dos métodos, para a caracterização das instituições, das ideias pedagógicas, e também dos processos de aprendizagem. Acresce que o estudante, enquanto sujeito histórico cognoscível, a partir dos longos anos 60 (Hobsbawm, 1997), tem uma particular importância nos processos de transformação social e política verificados, um pouco por todo o mundo, nas instituições educativas e fora delas.

Em Portugal, verifica-se uma sub-representação na historiografia dos movimentos estudantis do Porto, durante a ditadura, uma vez que a existente se centra essencialmente em Lisboa e Coimbra, com particular incidência nos acontecimentos das

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

crises académicas de 1962 e 1969 (Cardina, 2008; Bebiano, 2003). Esta sub-representação verifica-se também nos aspetos relacionados com a dimensão educativa da participação estudantil e com o papel da ação estudantil para as transformações educativas verificadas após o 25 de Abril (Medina, 2008).

A mais longa ditadura da Europa caracterizou-se pela intensa repressão política, pela perseguição violenta da polícia política, ausência de liberdades democráticas, censura e pobreza da larga maioria da população. A ditadura impôs 13 anos de guerra nos territórios ocupados por Portugal que significaram a perda de milhares de vidas de portugueses, moçambicanos, guineenses e angolanos e que só viria a terminar com o fim do regime e a Revolução do 25 de Abril (Medina, 2008).

Entre 1960 e 1973, quase 900 mil portugueses foram obrigados a emigrar (Pordata, 2020) em busca de melhores condições de vida, por se recusarem a participar na guerra colonial ou para fugirem à perseguição política.

No campo educativo, logo nos primeiros anos do regime, procurou-se desmantelar a influência do pensamento republicano nas escolas e na pedagogia, impôs-se a separação dos sexos, reduziu-se a escolaridade obrigatória, os conteúdos curriculares e as competências dos professores, desvalorizando-os (Nóvoa, 1992). A política centralista adotada manifestava-se no controlo e vigilância apertados da vida nas escolas e na asfixia da iniciativa local (Nóvoa, 1992). Às classes trabalhadoras estava destinada apenas a escolaridade obrigatória, quando a conseguiam completar, estando os restantes níveis de ensino reservados às elites (Medina, 2008). O ideário fascista atribuía à educação um papel de seleção social, inculcação ideológica e doutrinação moral (Medina, 2008; Nóvoa, 1992). A política educativa do regime condenou o sistema educativo português, desde muito cedo, ao empobrecimento técnico e científico e ao progressivo afastamento das práticas internacionais (Nóvoa, 1992; Medina, 2008). Nas escolas e universidades, uma parte dos professores e investigadores mais brilhantes, foi sendo sucessivamente afastada da educação, designadamente com os processos de depuração de 1935, 1946-1947 e 1973, que impuseram a reforma compulsiva ou a simples demissão daqueles que se opunham ao regime (Rosas & Sizifredo, 2013).

Em 1970, 40% das crianças entre os 10 e os 14 anos não frequentava a escola (Pordata, 2020; INE, 1971). O baixo acesso por parte das crianças pobres e da classe

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

trabalhadora à escola e aos mais altos níveis de ensino era ainda um dos principais problemas da sociedade portuguesa na entrada da década de 70 (Medina, 2008).

Apesar deste contexto social caracterizado por uma profunda elitização da educação, foi nas escolas e universidades que surgiu um dos mais expressivos movimentos de resistência à ditadura. Os estudantes organizaram-se contra o regime em diferentes momentos, principalmente após o início da guerra colonial. Em 1962, invadiram a cantina universitária de Lisboa e iniciaram uma greve de fome, que levou à maior detenção coletiva neste período, tendo sido presos mais de 800 estudantes (Accornero, 2013). Em 1969, os estudantes da Universidade de Coimbra fizeram greves às aulas e exames, em reação à repressão e à prisão de dirigentes da Associação Académica. O confronto permanente e a subversão da ordem estabelecida nas escolas e universidades, no início dos anos setenta, fragilizaram o regime. Prisões e expulsões de estudantes tornaram-se frequentes. Em 1973, “os estudantes representavam 43,5% de todos os presos políticos” (Accornero, 2013: 1043).

As organizações e associações de estudantes, durante a década de 60 e início de 1970, constituíram “ilhas de liberdade” (Carrilo-Linares & Cardina, 2012) onde se confrontavam ideias e valores e se projetavam aspirações de uma sociedade livre e democrática.

### **Procedimentos metodológicos**

O artigo desenvolve-se a partir de um projeto de investigação de doutoramento em curso que visa o aprofundamento do conhecimento e da análise sobre a complexidade, amplitude e influência do movimento estudantil no Porto, entre 1969 e 1974. Até ao momento foram realizadas 25 entrevistas com ativistas associativos estudantis, com a duração média entre uma hora e meia e quatro horas e cinquenta minutos e, recolhidos, digitalizados e inseridos em base de dados, mais de 800 documentos preservados por diferentes ativistas. No geral, estes documentos são comunicados, *flyers* e boletins editados pelas estruturas associativas estudantis, designadamente associações, comissões e delegações de curso ou comissões de greve, assim como documentos relativos a processos eleitorais dessas mesmas estruturas.

Neste trabalho procura-se reconstituir, ainda que parcialmente, lutas estudantis desenvolvidas no Porto, e em particular na Faculdade de Medicina da Universidade do

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

Porto (FMUP), a partir da análise de documentos produzidos pelas estruturas estudantis da faculdade, contribuindo para o conhecimento da história da FMUP e para o desenvolvimento da História da Educação.

Para a reconstituição dos acontecimentos narrados neste artigo, analisaram-se mais detalhadamente 38 documentos da base de dados criada e três entrevistas com ativistas da FMUP.

### **Participação estudantil e processos de conscientização**

A participação estudantil durante este período compreendia diferentes níveis de intervenção social e política. Os estudantes organizavam-se em comissões e delegações de curso (turma<sup>1</sup>), onde a discussão e iniciativa tinham como objeto as condições do ensino e os problemas específicos de cada turma, desde a ausência de materiais de estudo, passando pela forma como se desenvolviam as aulas, os estilos de trabalho dos professores, horários, calendário de exames, métodos pedagógicos e de avaliação. Organizavam-se, também, em torno das Comissões Pró-Associativas e Instaladoras das Associações de Estudantes, onde o objeto de intervenção integrava as questões essenciais tratadas pelas comissões e delegações de curso, mas também, e com maior relevância, as questões da liberdade associativa, uma visão mais integrada das condições de ensino, a reflexão sobre a organização dos cursos, as reformas nacionais e todas as questões respeitantes à universidade em geral, desde as questões de ação social, desportivas, culturais, editoriais. Neste segundo nível de intervenção verificava-se já um esforço de coordenação associativa, fosse em relação a todas as associações de uma determinada universidade, fosse também em relação às outras universidades. Esta coordenação verifica-se no Porto a partir da convocação conjunta de plenários gerais de estudantes da Universidade e liceus e da publicação de diversos comunicados sobre a liberdade associativa e de denúncia da repressão, assim como sobre outros assuntos pontuais. Em alguns momentos, verifica-se também a existência de uma coordenação a nível nacional, com a publicação de comunicados resultantes de tomadas de posição das três academias: Porto, Lisboa e Coimbra, e tomadas de posição conjuntas das faculdades de determinada área, como é o caso de Medicina, que lança comunicados em diferentes momentos assinados pelas três associações do país.

---

<sup>1</sup> Neste período os estudantes referiam-se ao “curso” para designar o ano.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

Muitas vezes a participação dos estudantes evoluía de um nível de intervenção para o seguinte, assim como para outro tipo de organizações externas à academia, fossem estruturas associativas e cooperativas como, por exemplo, a UNICEPE<sup>2</sup>, no Porto, ou a Juventude Universitária Católica - JUC, fossem estruturas semilegais ou ilegais de oposição ao regime como, por exemplo, no campo do Movimento de Oposição Democrática, as Comissões de Apoio aos Presos Políticos ou Comissões de Estudantes Democratas.

Alguns estudantes participavam também em organizações ilegais e clandestinas, como o Partido Comunista Português (PCP) e a União dos Estudantes Comunistas (UEC) e, a partir de determinado momento, noutros movimentos e correntes como o Partido Comunista Português – Marxista-Leninista (PCP-ml), e a sua organização de juventude (UEC-ml), e a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), que publicava o jornal *O Grito do Povo*.

Havia estudantes que participavam paralelamente nas diferentes estruturas (comissões de curso, associações, movimento de oposição e partidos ilegais) e outros que apenas tinham participação numa ou em algumas das estruturas. Em muitos casos, verificava-se que estudantes que começavam a participar ao nível da turma, evoluíam para a participação noutras estruturas. Noutros casos, estudantes que já participavam em estruturas clandestinas iniciavam a sua participação ao nível do curso e nas associações, quando acediam à universidade ou ainda nos liceus.

Este movimento entre diferentes níveis de intervenção teve uma ligação inequívoca aos processos de consciencialização social e política e ao crescimento de um profundo sentimento popular antifascista que se foi agudizando nos anos 60 e início da década de 70.

Aquilo que, por vezes, começava por ser um sentimento de injustiça face às dificuldades no ensino, evoluía para a tomada de consciência para a repressão política existente no país, quando, por exemplo, os estudantes mais investidos na resolução de problemas sentidos na faculdade eram presos ou perseguidos pela PIDE, ou quando a atividade de produção de materiais de estudo (sebentas), pela associação de estudantes, era dificultada ou mesmo impedida pela direção da faculdade ou pela polícia.

---

<sup>2</sup> Unicepe – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, formada em 1963.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

### **A organização e participação estudantil na Faculdade de Medicina do Porto**

Na FMUP é constituída a Comissão Instaladora da Associação de Estudantes (CIAEFMP) em 1963, aproveitando o decreto-lei n.º 44632 que previa a possibilidade de legalização de agremiações de estudantes, perante a aprovação dos seus estatutos pelo Ministério da Educação Nacional (MEN). Este decreto-lei, não correspondendo inteiramente às reivindicações de legalização das associações de estudantes, foi utilizado pelas mesmas para estruturar a sua atividade num quadro semilegal. Apesar da CIAEFMP nunca ter sido reconhecida pelo MEN, a direção da FMUP atribuiu instalações à associação, essencialmente para atividades editoriais de produção de materiais de apoio ao estudo e, pelo menos até 1968, verifica-se uma relação de colaboração entre a CIAEFMP e a direção da Faculdade<sup>3</sup>.

A partir do ano letivo de 1968-1969 vai verificar-se um incremento da atividade associativa e da iniciativa reivindicativa face às condições de ensino, o que acabará por influenciar a alteração da relação entre a CIAEFMP e a direção da Faculdade.

A análise das estatísticas educativas disponíveis mostra que o número de estudantes matriculados na FMUP irá sempre crescer a partir de 1966-1967 (últimos dados disponíveis antes do ano letivo de 1969-1970) e com uma variação superior à verificada na Universidade e a nível nacional.

---

<sup>3</sup> No programa de candidatura à CIAEFMP da lista única no ano letivo de 1966-1967 (p.18) os estudantes fazem referência às boas relações com a direção da faculdade à altura: “A experiência de três anos de trabalho associativo tem provado o magnífico espírito de colaboração e boa vontade do nosso Director”, Arquivo particular de António Dias.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

Quadro 1. Evolução do número de estudantes na FMUP

<b>Faculdade de Medicina do Porto</b>			
<b>Ano letivo</b>	<b>Estudantes matriculados</b>	<b>Pela 1.ª vez no 1.º ano</b>	<b>Varição n.º total de estudantes %</b>
1966-1967	890		
1969-1970	1328	361	49%
1970-1971	1558	365	17%
1971-1972	1812	439	16%
1972-1973	2275	653	26%
1973-1974	2762	699	21%

Fonte: INE, Estatísticas da Educação Anos Letivos de 1967, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974

Quadro 2. Evolução do número de estudantes na Universidade do Porto

<b>Universidade do Porto</b>			
<b>Ano letivo</b>	<b>Estudantes matriculados</b>	<b>Pela 1.ª vez no 1.º ano</b>	<b>Varição n.º total de estudantes %</b>
1966-1967	6368		
1969-1970	7056	1685	11%
1970-1971	8258	1721	17%
1971-1972	9104	1971	10%
1972-1973	10684	2659	17%
1973-1974	11767	2716	10%

Fonte: INE, Estatísticas da Educação Anos Letivos de 1967, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974

Quadro 3. Evolução do número de estudantes Universitários no país

<b>Nacional</b>			
<b>Ano letivo</b>	<b>Estudantes matriculados</b>	<b>Pela 1.ª vez no 1.º ano</b>	<b>Varição n.º total de estudantes %</b>
1966-1967	35933		
1969-1970	46019	10197	28%
1970-1971	49461	9956	7%
1971-1972	51510	11161	4%
1972-1973	53999	12305	5%
1973-1974	58605	14161	9%

Fonte: INE, Estatísticas da Educação Anos Letivos de 1967, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974

O aumento do número de estudantes na Universidade do Porto, neste período, não foi acompanhado pelo aumento do número de docentes ou pela melhoria das condições materiais da Faculdade, o que foi conduzindo à degradação sucessiva das condições pedagógicas (Santos, 2011). Ao iniciar a sua vida académica, os estudantes



Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

da FMUP, assim como os estudantes de outras faculdades do Porto e do país, confrontavam-se com uma universidade sem relação com o exterior, desligada da investigação e dos avanços científicos e tecnológicos internacionais, desprovida de recursos materiais e desapossada dos seus melhores mestres. O autoritarismo, inflexibilidade e ausência de iniciativa e inovação pedagógica, caracterizavam as relações institucionais um pouco por todo o país.

É neste contexto que se desenvolve um processo de “efervescência estudantil” (Accornero, 2009) que vai marcar profundamente a vida da FMUP nos longos anos 60 e em particular entre 1969 e 1974.

A atividade da CIAEFMP, neste período, vai desenvolver-se em torno de três grandes áreas: a atividade editorial, com a organização e publicação de sebatas e outros materiais de estudo; a ação reivindicativa pela liberdade associativa e legalização da associação e a luta contra a repressão; a ação reivindicativa por uma reforma do ensino<sup>4</sup>.

Para além destas três grandes áreas de atuação, a CIAEFMP vai publicar um jornal – o *Bisturi* – e organizar um conjunto de outras atividades, desde a receção aos novos estudantes, passando por colóquios e debates, convívios e a organização de um campo de férias<sup>5</sup>.

O curso de Medicina desenvolvia-se em seis anos. Até 1969, o grau de licenciado em Medicina era atribuído depois da aprovação em todas as disciplinas do curso e da realização de um estágio, com a duração de 10 meses, nos Hospitais Escolares ou nos serviços das Faculdades<sup>6</sup>. Este estágio previa a permanência mínima de três horas diárias nos serviços. Depois de 1969, o estágio foi substituído pelo 1.º ano do Internato Geral<sup>7</sup>, que era significativamente diferente, e pressupunha que os Hospitais adequassem as vagas ao número de estudantes aprovados em todas as disciplinas do curso e que afetassem verbas para remuneração. Em teoria, todos os estudantes que terminavam a parte curricular do curso tinham lugar no 1.º ano do Internato Geral e direito à remuneração, ainda que a implementação desta alteração

---

<sup>4</sup> Arquivo particular de António Dias, *Colega: comunicado da CIAEFMP de apelo à participação nos grupos de estudo sobre a Reforma do Ensino e do Ensino Médico*. Porto, 16.01.1969 [dactilografado].

<sup>5</sup> Idem, *Relatório de actividades da direcção relativa ao ano lectivo de 1969-1970: comunicado da CIAEFMP*. Porto, 1970 [dactilografado].

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 39803 de 2 setembro de 1954, Regula o estágio do curso de Medicina.

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 48879, de 22 fevereiro de 1969, Estabelece o 1.º ano do Internato Geral para a conclusão do curso de Medicina.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

tenha sido algo conturbada, como se pode deduzir pelas declarações do representante do 1.º ano do Internato Geral do Hospital de Santo António, na reunião do Conselho Nacional de Internato Médico de 21 de junho de 1971, onde afirma que, nesta data, ainda não foi concertado a nível nacional nenhum plano de atividades para o Internato, e considera verificar-se a desorientação ao nível das instâncias superiores<sup>8</sup>. Também as conclusões da reunião dos Internos Gerais do 1.º ano do Hospital Escolar São João, de 19 de junho de 1971, vêm afirmar a existência de problemas numerosos que carecem de soluções urgentes e a insegurança sentida pelos Internos<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, reivindica a participação dos Internos nos órgãos de direção do Internato, a nível local e nacional. O Regulamento do Internato Geral será sucessivamente alterado entre 1969 e 1974<sup>10</sup>.

Quadro 4. Plano de estudos do curso de Medicina

1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano
Biologia Médica	Anatomia Descritiva	Bacteriologia e Parasitologia	Propedêutica Médica e Semiótica Laboratorial	Patologia Médica e Anatomia Patológica Especial	Clínica Médica
Física Médica	Histologia e Embriologia	Anatomia Patológica	Terapêutica Geral e Hidrologia	Terapêutica Médica	Pneumotisiologia
Química Médica	Fisiologia	Farmacologia	Propedêutica Cirúrgica	Patologia Cirúrgica e Anatomia Patológica Especial	Clínica das Doenças Infecciosas
Anatomia Descritiva	Química Fisiológica	Psicologia	Semiótica Radiológica	Medicina Operatória	Clínica Cirúrgica
			Higiene e Medicina Social	Clínica Obstétrica	Urologia
			História da Medicina	Ginecologia (para clínica geral)	Clínica Pediátrica e Puericultura
			Deontologia	Dermatologia e Veneriologia (para clínica geral)	Medicina Legal e Toxicologia Forense

Fonte: Decreto-Lei n.º 40360, de 20 de outubro de 1955, Plano de estudos do curso médico-cirúrgico

<sup>8</sup> Arquivo particular de Helena Medina, *Carta enviada ao Presidente do Conselho Nacional do Internato Médico pelo representante do 1.º ano do Internato Geral do Hospital Geral Santo António*. Porto, 23.06.1971 [dactilografado].

<sup>9</sup> Idem, *Conclusões da reunião dos Internos Gerais do 1.º ano do Hospital Escolar São João*. Porto, 19.06.1971 [dactilografado].

<sup>10</sup> O Regulamento do Internato Médico é estabelecido pela portaria n.º 23903 de 6 de fevereiro 1969, sendo sucessivamente alterado pelas portarias n.º 240/70 de 14 de maio de 1970; n.º 671/71 de 6 de novembro de 1971; n.º 102/72 de 21 de fevereiro de 1972, n.º 760/73 de 3 de novembro de 1973 e alvo de novas alterações ainda antes do 25 de abril.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

No *Bisturi*, jornal da CIAEFMP, irão ser publicados artigos que se dedicam a informar sobre as discussões relativas à estruturação do 1.º ano do Internato Geral (necessário à conclusão do curso) e à organização e ação dos Internos<sup>11</sup>.

Em artigos do *Bisturi*, e nos programas de listas candidatas à CIAEFMP, verifica-se também a discussão sobre o papel do médico na sociedade e as condições de saúde no país. Em 1972, por exemplo, a CIAEFMP lança um *Bisturi*<sup>12</sup> especial sob o título Carreiras Médicas e Direito à Saúde, em que anuncia o início de publicação de textos sobre “o problema das Carreiras Médicas, Ordem dos Médicos e Saúde Pública”. O editorial denuncia “a mais completa desorganização dos serviços de saúde, o anacronismo das suas estruturas, a ausência de pessoal técnico e de material que possa satisfazer as necessidades elementares no campo da saúde”. Condena ainda a intenção manifestada pelo Conselho Escolar da Faculdade de limitar as entradas de novos estudantes como forma de atuar sobre o problema da sobrelotação, num país em que “o número de médicos por mil habitantes é um dos mais baixos da Europa”. Nesse mesmo *Bisturi* é publicado um texto de março de 1971, assinado por Virgílio Moreira, em que o autor, citando o Relatório das Carreiras Médicas, publicado em 1961<sup>13</sup>, escreve o seguinte:

“É indispensável que «todos os Portugueses, qualquer que seja o seu nível económico e social, tenham direito ao mesmo nível de tratamento, à fruição das mais modernas e eficientes técnicas, aos mais complexos e dispendiosos métodos de diagnóstico e de terapêutica» (Relatório das Carreiras Médicas, 1958). Sem se assegurar a Saúde Pública não se cria uma condição fundamental do progresso dos Povos. Para se «garantir a qualquer indivíduo, no momento necessário, os cuidados médicos de que necessita» é necessário criar um «Serviço Nacional de Saúde» (Relatório das Carreiras Médicas, 1958)”.

(Virgílio Moreira, 1971)

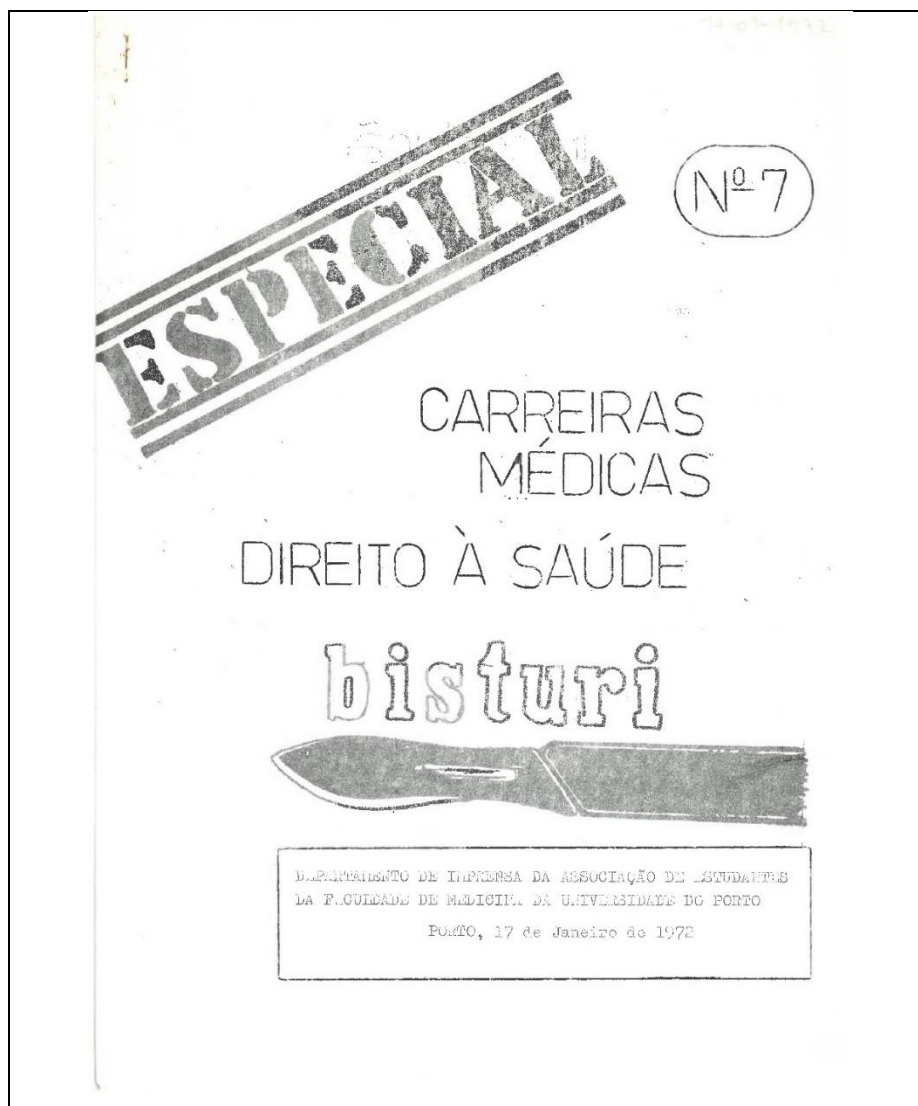
<sup>11</sup> Arquivo particular de António Dias, “Greve dos Internos e Médicos Graduados dos Hospitais Centrais de Lisboa”, *Bisturi especial*. Porto, 03.1971 [dactilografado]; Idem, “Práticos Clínicos – As condições de um estágio que o não tem sido”, *Bisturi especial*. Porto, 01.1972 [dactilografado]; Idem, “Práticos Clínicos de Lisboa”, *Bisturi especial*. Porto, 04.1972 [dactilografado].

<sup>12</sup> Arquivo particular de António Dias, “Carreiras médicas Direito à Saúde”; *Bisturi especial n. 7*. Porto, 01.1972 [dactilografado].

<sup>13</sup> O Relatório das Carreiras Médicas é um documento desenvolvido pela Ordem dos Médicos e apresentado em 1961, que teve influência na reestruturação posterior das carreiras médicas e serviços de saúde (Costa, 2009).

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

Imagem 1. Bisturi n.º 7, janeiro de 1972



Fonte: Arquivo particular de António Dias, “Carreiras médicas Direito à Saúde”, *Bisturi especial n. 7*. Porto, 01.1972 [dactilografado].

A organização dos estudantes em comissões e delegações de curso vai desenvolver uma atividade intensa, neste período, em torno das questões pedagógicas. Entre as mais prementes estão as relativas à avaliação, à ausência de materiais de estudo e a reduzida ligação a uma prática clínica.

Entre outras ações reivindicativas, na FMUP, destacam-se, no ano letivo de 1969-1970 a recusa de participação no apuramento de Histologia pelos estudantes do 2.º

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

ano do curso<sup>14</sup> e a realização de vários debates com estudantes e professores, promovidos pelo 4.º ano do curso, para discutir a inadequação do método de avaliação por exame<sup>15</sup>.

Em 1970-1971, a realização de uma greve a Biologia, promovida pelos estudantes do 1.º ano, tem uma adesão de 100%. Os estudantes denunciam a recusa do professor em fornecer o programa da disciplina ou a gravação das aulas, que mantém na sua posse, e a existência de apenas um livro na biblioteca para os 430 alunos que a frequentam<sup>16</sup>. No 5.º ano, as ações reivindicativas são contra a exigência de mais um ponto escrito em Dermatologia<sup>17</sup>.

Em 1972-1973, uma greve dos estudantes do 3.º ano, com 100% de adesão, à disciplina de Bacteriologia e Parasitologia, perante a recusa do professor em distribuir a avaliação por duas provas ao longo do ano, eliminando a avaliação final por exame<sup>18</sup> e a greve dos estudantes do 4.º ano, à disciplina de Propedêutica Médica, contra a avaliação à componente prática por considerar insuficiente a prática na disciplina para ser sujeita a avaliação<sup>19</sup>, são outros momentos significativos da luta dos estudantes a nível dos cursos.

Em comum, estas ações têm a denúncia e recusa da sobrecarga dos estudantes, num curso que, por esta altura, era profundamente teórico e exigia aos estudantes uma excessiva memorização num tempo relativamente curto e com reduzida ligação a uma prática clínica (Costa, 2009). O contacto com enfermarias hospitalares e a realização de períodos continuados de acompanhamento de prática clínica apenas existia nos últimos dois anos do curso.

---

<sup>14</sup> Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da delegação de curso do 2.º ano*. Porto, 06.01.1970 [dactilografado].

<sup>15</sup> Idem, *Comunicado n.º 1 da Comissão de Exames do 4.º ano*. Porto, 09.01.1970 [dactilografado]. Idem, *Comunicado n.º 2 da Comissão de Exames do 4.º ano*. Porto, 13.01.1970 [dactilografado].

<sup>16</sup> Idem, *Comunicado da Comissão Informativa de Biologia do curso 1º ano*. Porto, 04.1971 [dactilografado].

<sup>17</sup> Idem, *Relatório do 5.º ano 1970-1971*. Porto, 1971 [dactilografado]. Idem, *Livro Branco de Dermatologia*. Porto, 1971 [dactilografado].

<sup>18</sup> Idem, *Comunicado da comissão pedagógica do 3.º ano do curso ao Conselho Escolar*. Porto, 1973 [dactilografado].

<sup>19</sup> Idem, *Comunicado da Direção da AEFMP*. Porto, 06-1973 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

### **A repressão sobre os estudantes e a ação da CIAEFMP**

A ação estudantil, no Porto, pela liberdade associativa e contra a repressão, vai agudizar-se logo no início de 1969, no seguimento da ação da polícia no plenário geral da Universidade, convocado para o dia 27 de fevereiro, no átrio da Faculdade de Ciências, local onde, no Porto, irão sempre ter lugar os plenários estudantis conjuntos de todas as faculdades. O plenário de 1969 é convocado para ratificar os oito pontos da Declaração de Coimbra, aprovada em reunião, no final de 1968, por representantes das três academias. A Declaração reivindicava a legalização imediata de todas as comissões pró-associativas, a revogação de toda a legislação anti-associativa, a participação dos estudantes no governo da Universidade, a participação dos estudantes na reforma do ensino, a legalização dos órgãos federativos dos estudantes e o lançamento de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses e, por fim, a amnistia de todos os estudantes presos e expulsos da academia e a reintegração dos professores afastados<sup>20</sup>.

O plenário do dia 27 de fevereiro foi interrompido pela polícia de choque “que largamente se serviu do seu contundente e habitual argumento – o casse-tête”<sup>21</sup>. A intervenção da Polícia de Choque indignou os estudantes, que atribuíram a responsabilidade ao reitor da Universidade, acusando-o de ter deixado de servir a Universidade para servir o Governo e a repressão, tornando-se um “Reitor-Polícia”<sup>22</sup>. A partir deste momento a vida na Universidade não voltaria à normalidade e a repressão da atividade associativa iria intensificar-se.

A reforma Veiga Simão, apresentada pelo próprio, a 6 de janeiro de 1971, a partir das linhas gerais de dois documentos – Projecto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior (Stoer, 1983; Accornero, 2009) –, irá ser fortemente contestada pelos estudantes.

Em janeiro de 1971 é publicado o 3.º *Bisturi*. Num artigo intitulado “A repressão sobre a Universidade ou a ironia de uma Reforma?”, cujo título evidencia as dúvidas crescentes no seio dos estudantes sobre a transparência dos objetivos da Reforma, são

---

<sup>20</sup> Arquivo pessoal de António Dias, *Informação Académica»: Jornal dos organismos associativos dos estudantes do Porto*. Porto, 21.02.1969 [dactilografado]. Idem, *Comunicado da CIAEFMP*. Porto, 26.02.1969 [dactilografado].

<sup>21</sup> Idem, *Comunicado da CIAEFMP*. Porto, 04.03.1969 [dactilografado].

<sup>22</sup> Idem

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

questionadas afirmações do Ministro. Perante a sua afirmação de que “os textos seriam sujeitos a uma ampla discussão pública”, perguntam os estudantes o que significam:

“(…) todos os entraves postos à reunião, discussão e análise dos problemas levantados;

(…) o aparecimento sistemático da polícia pronta a espancar-nos animallescamente quando nos reunimos?

(…) os espantalhos da «subversão» e da «política» a serem continuamente levantados para incriminar grande número de colegas nossos<sup>23?</sup>”

A 20 de Abril de 1971<sup>24</sup>, a polícia invade a faculdade e interrompe uma reunião geral de estudantes. Encerra as instalações da associação, que só viriam a ser reabertas após o 25 de Abril. A partir daquele momento, a intervenção da polícia dentro da faculdade torna-se regular. A direção da faculdade assume um papel ativo na obstaculização da atividade associativa, não facilitando a realização de nenhuma iniciativa e ordenando sistematicamente a retirada de propaganda estudantil.

Ainda em 1971, questiona-se o carácter e a realização das atividades da Queima das Fitas. Em Medicina, os estudantes discutem o carácter alienante e “burlesco” da iniciativa, que contribui para representar o estudante universitário como “um indivíduo folgazão e despreocupado e sem problemas”. Denunciam “a contradição entre a actual situação de crise e o aspecto recreativo e despreocupado que tomarão as várias realizações da queima, às quais assistirão autoridades académicas e civis implicadas na grave situação” da Faculdade<sup>25</sup>. Em reunião geral de alunos, a 22 de abril de 1971, os estudantes decidem propor a realização de uma assembleia de grelados ou encontrar outras formas de manifestação, em discussão com os estudantes de outras faculdades; assegurar que a repressão vivida pelo movimento associativo e a luta dos estudantes é refletida nas iniciativas da queima das fitas; a abstenção total na cerimónia da bênção das pastas e participação no cortejo em silêncio, além de procurarem ainda outras formas de mostrar o descontentamento. A Queima das Fitas de 1971 viria a ser a última realizada, da mesma forma, no Porto e até muito depois da Revolução do 25 de Abril, dando o cortejo desse ano lugar a uma manifestação estudantil, decidida em plenário

<sup>23</sup> Arquivo particular de António Dias, *Bisturi 3*. Porto, 01.1971 [dactilografado].

<sup>24</sup> Idem, *Comunicado da Direção da AEFMP*. Porto, 22.04.1971 [dactilografado].

<sup>25</sup> Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da Direção da Associação de Estudantes da FMP*. Porto, 23.04.1971 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

geral dos estudantes da Universidade do Porto, a 23 de abril<sup>26</sup>, em que as palavras de ordem mais ouvidas seriam “abaixo a repressão” e “fora a queima”<sup>27</sup>.

No ano de 1972, a repressão atinge mortalmente um estudante, em Lisboa. O assassinio a tiro, pela PIDE, a 12 de outubro de 1972, do estudante Ribeiro dos Santos, gera uma onda de protesto generalizado contra a violência do regime, também no Porto. A 17 de Outubro, os estudantes do Porto, respondendo a uma convocatória das Associações de Medicina, Ciências, Engenharia e Liceus, realizam um “meeting”<sup>28</sup> em Ciências, que culminou com um desfile de 1500 estudantes “com o apoio da população”, e que percorreu “o Carmo, a Praça Carlos Alberto e a Rua de Cedofeita, gritando os manifestantes, entre outros slogans, as expressões “assassinos”, “abaixo a guerra colonial” e “fora a PIDE”<sup>29</sup>.

A 4 de abril de 1973, os estudantes concentram-se em “meeting” na Faculdade de Ciências, contra a realização do Festival Internacional de Coros Universitários, organizado pelo Orfeão Académico de Coimbra, numa ação que é reprimida pela polícia e culmina com a prisão de 325 estudantes<sup>30</sup>, seguida de um processo de julgamento de 92 deles, entre 9 de Julho e 29 de Dezembro, porque se recusam a pagar as multas aplicadas aos presos de 4 de Abril, multas essas ao abrigo do Decreto-lei n.º 450/72, de 14 de Novembro de 1972, criado para a repressão de reuniões e distribuição de documentos (Castro, 1973; Castro, 1974). A realização da iniciativa, com a participação de coros de Espanha Franquista, África do Sul, Brasil, Filipinas e Japão foi entendida como uma provocação à luta dos estudantes, uma forma de esconder o mal-estar generalizado nas universidades e uma tentativa de dar uma imagem de abertura ao exterior por parte do regime (Cordeiro, 1998).

A 30 de Abril de 1973, a polícia invade novamente a Faculdade de Medicina e lá se irá manter em regime de semi-permanência até ao 25 de Abril. É preso um estudante

<sup>26</sup> Idem, *Comunicado do Departamento Informativo dos Organismos Associativos dos Estudantes do Porto*. Porto, 23.04.1971 [dactilografado].

<sup>27</sup> *Jornal Avante!* Maio de 1971.

<sup>28</sup> Neste período, os estudantes utilizam nos comunicados a expressão *meeting* para se referir a encontros, manifestações, etc.

<sup>29</sup> Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da associação de estudantes de Medicina e de Engenharia*. Porto, 18.10.1972 [dactilografado].

<sup>30</sup> Arquivo particular de António Dias, *Boletim Informativo AEFMP*. Porto, 04.1973 [dactilografado].



Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

e outros três recebem contra-fé para se apresentarem na PIDE<sup>31</sup>. São instaurados 19 processos disciplinares e a 10 estudantes é aplicada a suspensão preventiva por 90 dias<sup>32</sup>.

No final do ano, há novamente intervenção da polícia, que encerra o bar da faculdade, último reduto, a nível de instalações, para a atividade associativa, onde se vinham a realizar reuniões gerais (RGA's) com a participação de mais de 500 estudantes. A 7 de dezembro, os estudantes declaram-se em greve geral contra a repressão. A 13 de dezembro é impedida a realização de uma RGA e são presos novamente dois estudantes. Em dezembro de 1973, a Faculdade está transformada “num verdadeiro quartel-general da polícia comandado pelo famigerado Capitão Braga” que persegue, espanca e prende estudantes<sup>33</sup>.

No dia 7 de fevereiro de 1974, e no seguimento das eleições para a associação, a polícia dispara uma rajada de tiros na faculdade e prende mais dois estudantes. Os estudantes reivindicam “O Hospital não é um Quartel. Polícia fora da Faculdade!”<sup>34</sup>. O estado de sítio irá manter-se até ao 25 de Abril.

---

<sup>31</sup> Arquivo particular de António Dias, *Comunicado das delegações de curso 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos*. Porto, 02.05.1973 [dactilografado].

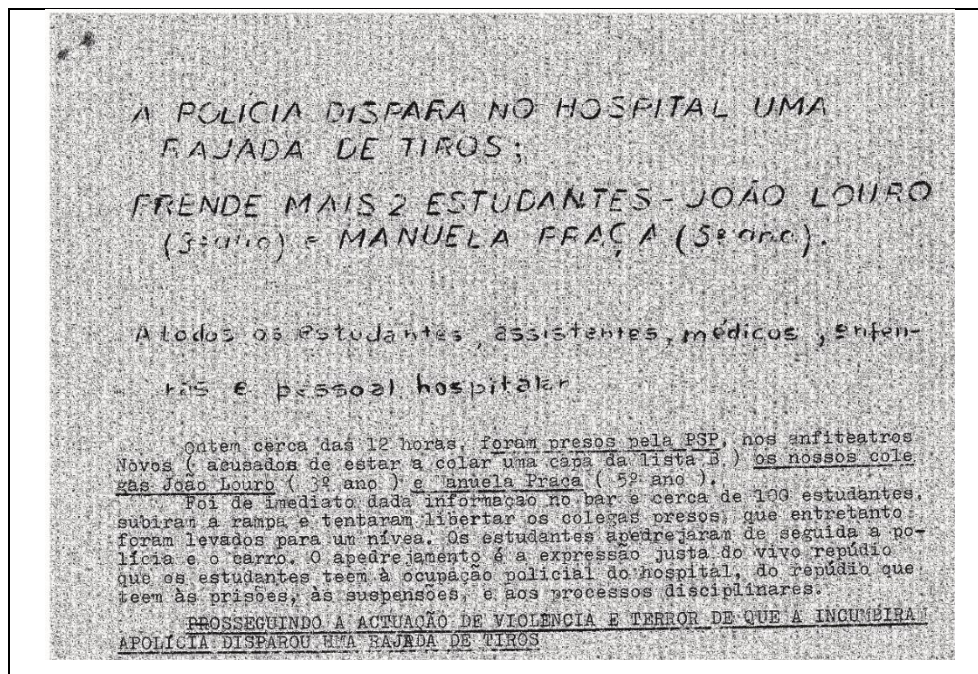
<sup>32</sup> Idem, *A Polícia novamente em Medicina»: comunicado das AEs de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus*. Porto, 28.04.1973 [dactilografado].

<sup>33</sup> Idem, *Comunicado da Direção AEFMP*. Porto, 12.1973 [dactilografado].

<sup>34</sup> Idem, *Comunicado Mesa da Assembleia Geral AEFMP*. Porto, 08.02.1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

Imagem 2. Comunicado da Mesa da Assembleia Geral da AEFMUP, fevereiro de 1972.



Fonte: Arquivo particular de António Dias, *Comunicado Mesa da Assembleia Geral AEFMP*. Porto, 08.02.1974 [dactilografado].

### Disputa e confronto político na FMP

Até ao ano letivo de 1969-1970, na FMUP, a única intervenção organizada externa relevante foi a dos estudantes militantes do PCP. No final do ano de 1969 surge na faculdade, ainda de forma incipiente, uma nova corrente política que viria a organizar-se em lista candidata à CIAEFMP no ano seguinte – 1970-1971 –, sob o slogan “Lista Crítica”.

A evolução das organizações político-partidárias de esquerda, no país – em geral desenvolvidas a partir de cisões com o PCP –, a partir de 1965<sup>35</sup> vai materializar-se na intervenção estudantil, de forma mais concreta, a partir do ano letivo de 1972-1973, com a afirmação de duas correntes perfeitamente diferenciadas: a corrente “Unidade” com estudantes militantes do PCP e da União dos Estudantes Comunistas (UEC) e a corrente “Por um Ensino ao Serviço do Povo” com estudantes do PCP-ML e da UEC-ML. Nas listas de ambas as correntes irão participar estudantes sem filiação político

<sup>35</sup> Sobre esta matéria em relação ao movimento estudantil veja-se Accornero (2009) e Cardina (2010).

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

partidária, alguns dos quais ligados e com intervenção nas estruturas estudantis católicas.

Nos anos letivos de 1969-1970, 1970-1971 e 1971-1972, na direção da CIAEFMP, intervêm organizadamente os estudantes comunistas. No ano letivo de 1972-1973, uma lista ligada ao PCP-ML e UEC-ML ganha as eleições e no ano letivo de 1973-1974, cujas eleições só terão lugar em fevereiro de 1974, volta a ganhar uma lista ligada ao PCP, cuja direção irá participar nos processos de transformação da faculdade, imediatamente após a Revolução de Abril. No Quadro 5. apresentam-se as listas candidatas à CIAEFMP entre 1967 e 1974 que foi possível identificar. Relativamente aos três anos letivos anteriores a 1967, com ligeiras modificações, a CIAEFMP teve a mesma composição<sup>36</sup>.

Quadro 5. Listas candidatas à CIAEFMP entre 1967-1974 e correntes políticas presentes

Ano letivo ou data das eleições	Designação das Listas		Lista eleita	Corrente maioritária na lista eleita
1967-1968	Lista proposta pelos colaboradores		Lista proposta pelos colaboradores	PCP
jan/70	Unidade Estudantil		Unidade Estudantil	PCP
dez/71	Lista A (Lista Crítica)	Lista B (Unidade Estudantil)	Lista B (Unidade Estudantil)	PCP
jan/73	Lista A (Por um Ensino ao Serviço do Povo)	Lista B (Unidade por uma Associação de Todos os Estudantes)	Lista A (Por um Ensino ao Serviço do Povo)	PCP-ML
fev/74	Lista A (Por um Ensino ao Serviço do Povo)	Lista B (Unidade Estudantil)	Lista B (Unidade Estudantil)	PCP

Fontes: Arquivo particular de António Dias, *Programa de candidatura à CIAEFMP 1967/1968*. Porto, 1967 [dactilografado]; *Unidade Estudantil: Programa de candidatura à CIAEFMP 1970-1971*. Porto, 1970 [dactilografado]; *Crítica: Programa de candidatura Lista A 1971-1972*. Porto, 1971 [dactilografado]; *Acta de reunião de apuramento de escrutínio*. Porto, 12.1971 [dactilografado]; *Unidade Por uma Associação de todos os Estudantes: programa de candidatura à AEFMP*. Porto, 01.1973 [dactilografado]; *Por um Ensino ao Serviço do Povo: programa de candidatura 1973-1974*. Porto, 01.1973 [dactilografado]; *Por um Ensino ao Serviço do Povo: programa de candidatura 1974-1975*. Porto, 1974 [dactilografado].

### As portas que Abril abriu

Um dos primeiros comunicados, após o 25 de Abril, da direção da associação de estudantes da FMP identificava, entre outras, como tarefas e reivindicações principais

<sup>36</sup> Arquivo particular de António Dias, *Programa de Candidatura CIAEFMP 1966-1967*. Porto, 1966 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

dos estudantes: a recuperação de todo o material apreendido pela PIDE; a expulsão da faculdade de todos os pides e o seu julgamento; a demissão dos órgãos de gestão, designadamente do diretor e do conselho escolar; a revogação da legislação anti-estudantil; ocupação do salão de festas; a autogestão de todas as publicações e a possibilidade do mesmo se concretizar com o bar e a biblioteca da faculdade; a programação de uma assembleia geral da faculdade e a demissão de membros do corpo docente por comportamentos anti-estudantis ou de colaboração com o regime<sup>37</sup>.

No início do verão de 1974, as direções das associações de estudantes das faculdades de medicina de Lisboa e Porto e da Associação Académica de Coimbra, organizadas a partir da Pró União Nacional dos Estudantes Portugueses – Pró-UNEP<sup>38</sup>, lançam um apelo à participação nas campanhas de educação sanitária, que decorrem entre agosto e setembro desse ano e definem áreas fundamentais de atuação, entre as quais: planeamento familiar e higiene materno-infantil; vacinação; condições de alimentação; condições de habitação; higiene no trabalho e ocupação dos tempos livres. Propõem-se desenvolver rastreios, despistes, esclarecimento e levantamentos estatísticos sobre doenças infectocontagiosas, diabetes, bócio endémico, doenças cardiovasculares, estomatologia e ginecologia e medidas preventivas contra o cancro<sup>39</sup>. As campanhas de educação sanitária, a par das campanhas de alfabetização do verão de 1974, que decorriam em simultâneo, seriam uma experiência importante para o estabelecimento do Serviço Cívico Estudantil, cuja gestação se prolongou entre o outono de 1974 e a primavera de 1975 (Oliveira, 2004).

Um dos maiores problemas vividos nos inícios do ano letivo de 1974-1975 era o da superlotação das universidades. De acordo com um comunicado de associações de

---

<sup>37</sup> Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da Direcção n.º 9*. Porto, 29.04.1974 [dactilografado].

<sup>38</sup> De acordo com Luísa Tiago Oliveira (2004:85), a Pró União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pró-UNEP) “pretendia vir a representar o conjunto dos estudantes portugueses” e teve um papel significativo na concretização das campanhas estudantis de Alfabetização e Educação Sanitária que se desenvolveram no verão de 1974. Também de acordo com a mesma autora, esta estrutura era “muito próxima” à União dos Estudantes Comunistas (UEC).

<sup>39</sup> Arquivo particular de António Dias, *Aos estudantes de medicina! Por uma campanha de educação sanitária: comunicado das Associações de Estudantes de Medicina de Porto e Lisboa e Associação Académica de Coimbra*. Porto, 1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

estudantes do Porto, de 18 de novembro de 1974<sup>40</sup>, forças políticas contrárias à revolução procuravam atribuir os problemas às transformações operadas desde abril de 1974 e os estudantes esforçavam-se por esclarecer e discutir a realidade que melhor conheciam:

“As escolas há muito que deixaram de poder comportar mais estudantes. A correlação entre o número de alunos e o quantitativo de professores e a capacidade de instalações vinha progressivamente a deteriorar-se. O apetrechamento técnico-didático é insuficiente e desactualizado, os métodos pedagógicos utilizados transformam o estudante num indivíduo passivo, acrítico e desinteressado pelo seu trabalho. O número de estudantes oriundos das classes trabalhadoras é reduzidíssimo”.

O problema da superlotação atingia no ano letivo 1974-1975 proporções irresolúveis. A nível nacional, o número de estudantes inscritos para 1.ª matrícula foi de 28755, o que representava um acréscimo de 46% face ao número de estudantes no ensino superior em 1973-1974<sup>41</sup>. Na FMUP, com um número total de estudantes matriculados, em 1973-1974, de 2762, apresentam-se inscritos para 1.ª matrícula, 1520 novos alunos<sup>42</sup>. Trata-se de quase mais 50% do número total de alunos, numa instituição já profundamente sobrecarregada antes do 25 de Abril. Face a esta realidade, as associações de estudantes e a Pró-UNEP apoiam uma alternativa ao ingresso dos novos estudantes, com a criação de um serviço cívico que mobilize os estudantes “para serviços de utilidade pública como, construção de bairros, escolas, cultivo de terras incultas, electrificação de aldeias, serviços de assistência hospitalar, alfabetização, apoio às cooperativas e autarquias locais”<sup>43</sup>.

Após o 25 de Abril, estudantes e docentes da FMUP, em conjunto, encetaram novas formas de trabalhar. Na Assembleia Magna de 1 de junho de 1974 é discutida a formação de comissões pedagógicas paritárias, em cada disciplina. Propõe-se que a comissão pedagógica de cada ano do curso seja constituída pelas comissões de

---

<sup>40</sup>Arquivo particular de Teresa Medina *A superlotação das universidades – problema a resolver na perspectiva da democratização do ensino: comunicado das Associações de Estudantes de Engenharia, Instituto Industrial, Liceus e Medicina do Porto*. Porto, 18.11.1974 [dactilografado].

<sup>41</sup> A afluência à educação superior pode indicar a importância atribuída por setores mais alargados da população ao acesso aos mais elevados graus de ensino e a sua percepção do direito dos seus filhos à educação superior.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 1.

<sup>43</sup> Arquivo particular de Teresa Medina, *A superlotação das universidades – problema a resolver na perspectiva da democratização do ensino: comunicado das Associações de Estudantes de Engenharia, Instituto Industrial, Liceus e Medicina do Porto*. Porto, 18.11.1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

disciplina e de forma igualmente paritária. E que se eleja a Comissão Pedagógica da Faculdade. Definem-se as competências de cada um destes organismos, designadamente: a resolução de problemas em cada nível (disciplinas, ano e faculdade) e a elaboração de planos de estudo. Define-se que a Faculdade procurará coordenar-se com as comissões pedagógicas de outras escolas de medicina “com vista à integração da vida da Faculdade nas necessidades sócio-políticas do povo português”<sup>44</sup>. É eleita a Comissão Diretiva da Faculdade.

Quadro 6. Composição da Comissão Diretiva da Faculdade de Medicina do Porto aprovada em Assembleia Geral da Faculdade a 1 de junho de 1974

<b>Representantes dos docentes</b>	<b>Representantes do pessoal</b>	<b>Representantes dos estudantes</b>
Amandio Tavares (Diretor – Prof. Catedrático)	Luís Bessa Nunes	António Jorge (1.º ano)
Pina Cabral (Prof. Ext.)	Fernando Gonçalves Sá	Ivone Ferreira (2.º ano)
Valdemar Cardoso (Assistente)	Dr. Gilberto	João Almeida (3.º ano)
Emílio Peres (Assistente)	Dr. Lecour de Meneses	Sérgio Vinagre (4.º ano)
Joaquim Andrade (Monitor)	Melo Adrião	António Albino (5.º ano)
Júlio Machado Vaz (Monitor)	Dr. <sup>a</sup> Hermelinda Avelar	Helder Caramês (6.º ano)
Agostinho (Monitor)	Dr. <sup>a</sup> Isolete Amaral	José Figueiredo (2.º ano, por indicação da AEFMUP)

Fonte: Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da Direção da AEFMP*. Porto, 03.06.1974 [dactilografado].

Sobre a avaliação, define-se ainda que durante os meses de junho, julho, outubro e novembro vigora na faculdade o sistema de grupos de trabalho, constituídos por estudantes e docentes para trabalho em cada disciplina e consequente avaliação final. Estabelece-se que a participação em cada grupo de trabalho é critério de avaliação de estudantes e docentes. A avaliação a partir da experiência em cada grupo de trabalho dos estudantes é expressa em duas categorias: apto e não apto. Eliminam-se os exames como efetuados até aí, exceto para estudantes que não possam participar justificadamente nos grupos de trabalho. Delimita-se as disciplinas em que se aceita a possibilidade de passagem administrativa: Física Médica, Química Médica, História da

<sup>44</sup> Idem, *Propostas de trabalho para o ano letivo 1973-1974 a apresentar à Assembleia Magna pelos docentes e discentes da Comissão Directiva da FMP*. Porto, 27.05.1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

Medicina, Deontologia Profissional e Higiene e Medicina Social. Esta possibilidade está limitada a casos bem justificados por docentes e discentes e exige o envio dos processos ao Ministério da Educação e Cultura<sup>45</sup>.

## Conclusão

Na FMUP, os anos entre 1969 e 1974 serão de grande contestação e, ao mesmo tempo, de gestação de novas formas de pensar a educação superior e a educação médica. Os acontecimentos e ambiente ilustrados por documentos das estruturas estudantis do Porto e pelos testemunhos de ativistas da FMP, neste período, ilustram o funcionamento de uma faculdade, a par de outras um pouco por todo o país, sobrelotada e com graves deficiências de recursos materiais e no corpo docente e de um curso profundamente teórico, assente na memorização e com uma prática quotidiana virada quase exclusivamente para a avaliação sumativa. A acumulação de conflitos entre estudantes e docentes em torno das questões pedagógicas, designadamente da avaliação, aponta para uma importância significativa destas matérias no desenvolvimento associativo estudantil na faculdade, com a constituição de diversas comissões de turma e ano. As dificuldades colocadas aos estudantes, com a ausência de livros e estruturas de apoio escolar, a falta de diálogo com professores e ausência de negociação na avaliação, aliadas à sobrecarga teórica e ausência de componentes práticas no curso, formam o caldo perfeito para uma crescente consciencialização política que evolui do questionamento ao funcionamento do curso para o questionamento dos objetivos do ensino superior e do ensino médico, da inexistência de um serviço nacional de saúde e de uma carreira médica, até ao questionamento e crítica do regime político. Neste processo intervêm dirigentes associativos mais politizados, alguns com militância partidária, que reconhecem a importância, no quadro da luta contra o regime, de mobilizar os colegas para as mais diversas ações de contestação, muito para além das questões pedagógicas. Para além disto, o contexto vivido de grande ebulição social, muito marcado pelas consequências de uma guerra colonial que se materializava na vida estudantil como um grave obstáculo e interregno no ciclo de vida dos jovens, ao mesmo tempo que comportava consequências físicas e mentais terríveis e inclusive a morte,

---

<sup>45</sup> Ibidem

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

será o terreno fértil para o desenvolvimento de uma consciência antifascista e anticolonialista.

A agudização da repressão na faculdade parece contribuir não para o abrandamento da contestação e iniciativa estudantil, mas, pelo contrário, para a multiplicação de ações cada vez mais audazes.

As reivindicações estudantis formuladas durante a ditadura pela legalização das associações e organismos estudantis, contra a repressão, por uma reforma geral do ensino, pelo acesso das classes trabalhadoras a todos os graus de ensino, por métodos de avaliação contínua, por uma maior ligação do ensino à sociedade, pela exigência de maior componente prática no curso, pela participação estudantil na gestão da universidade, servem de referência às primeiras concretizações após a revolução de abril. A eleição de uma comissão diretiva da faculdade paritária, a eliminação dos exames como efetuados até ao 25 de abril, a organização e condução de campanhas de educação sanitária, refletem as reivindicações anteriores. São repertórios de ação e organização que, aliados à oportunidade percebida para a participação social e política, desencadeada pela revolução do 25 de abril, vão ser fundamentais para a ímpar participação popular verificada nos anos seguintes e para a construção de um novo sistema de ensino na democracia portuguesa (Accornero, 2013). A participação estudantil e as suas organizações, entre muitas outras, constituíram um espaço de democracia e de aprendizagem de práticas de liberdade num contexto profundamente repressivo. Práticas e aprendizagens que foram mobilizadas na ação estudantil e popular após a revolução e que são fundamentais para compreender o legado democrático da revolução portuguesa e as bases do Serviço Nacional de Saúde.



Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

### Referências Bibliográficas

ACCORNERO, Guya, (2009), *Efervescência estudantil: estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, Tese de doutoramento em «Ciências Sociais (Sociologia Histórica)», Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ACCORNERO, Guya (2013), “Contentious politics and student dissent in the twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle”, *Democratization*, 20(6), pp. 1036-1055, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13510347.2012.674367>

BEBIANO, Rui (2003), “A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 151-163, [consulta em 25/05/2021]. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/1152>

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Tese de doutoramento em «História Contemporânea», Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARRILLO-LINARES, Alberto; CARDINA, Miguel (2012), “Contra El Estado Novo Y El Nuevo Estado. El Movimiento Estudiantil Ibérico Antifascista”, *Hispania: Revista Española de Historia*, 72 (242), pp. 639–667, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/hispania.2012.v72.i242.382>

CASTRO, Raul (1974), *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal? Alegação de recurso para o Tribunal da Relação do Porto, no processo dos 90 estudantes no Tribunal de Polícia*, Porto: Edição de autor com distribuição da Editorial Inova.

CORDEIRO, José (1998), “Uma luta estudantil”. *Público*, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://www.publico.pt/1998/12/27/jornal/uma-luta-estudantil-121244>

COSTA, Rui (2009), *O Poder Médico no Estado Novo (1945-1974). Afirmção, Legitimação e Ordenamento Profissional*, Porto: U. Porto editorial.

FELGUEIRAS, Margarida (2008), “A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico”, *Revista Brasileira de Educação* v. 13, n. 39, pp. 483-501, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000300006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300006)

HOBBSAWM, Eric (1997), *A Era dos Extremos. A História do século XX (1914-1991)*, Lisboa: Editorial Presença.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: [https://10.21747/0871164X/hist11\\_1a10](https://10.21747/0871164X/hist11_1a10)

MEDINA, Teresa (2008), *Experiências e Memórias de Trabalhadores do Porto. A Dimensão Educativa dos Movimentos de Trabalhadores e das Lutas Sociais*, Tese de doutoramento em «Ciências da Educação», Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

NÓVOA, António (1996). “História da educação: Percursos de uma disciplina”, *Análise Psicológica* 4 (XIV), pp. 417-434, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3198>

OLIVEIRA, Luísa (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O serviço cívico estudantil (1974-1977)*, Oeiras: Celta Editora.

ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina (2013), *Estado Novo e Universidade. A perseguição aos professores*, Lisboa: Tinta da China edições.

SANTOS, Cândido (2011), *História da Universidade do Porto*, Porto: U. Porto editorial.

STOER, Stephen (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, Uma Década de Transição*, Porto: Edições Afrontamento